



O HORROR À FEMINILIDADE

Marcelo Ricardo Pereira¹

Uma adolescente de 14 anos, estigmatizada como a “putinha” da escola, mais dois garotos de 13 anos foram flagrados dentro do banheiro masculino em “comportamento sexual inadequado”, como disse a supervisora à diretora da instituição. E emendou: “É ela de novo! Estava lá, bolinando com dois meninos no banheiro...”. A diretora, que no momento se reunia comigo, solicitou-me licença e foi supostamente resolver o problema. Pedi para acompanhá-la. No pátio, os três adolescentes estavam de pé, com a cabeça baixa, ao lado de alguma funcionária dos serviços gerais. A diretora vestiu-se de um semblante autoritário e ordenou que os dois garotos subissem para a sala de aula imediatamente. Eles desapareceram na escada. Voltou sua atenção à supervisora e disse-lhe: “Depois que eu terminar a reunião, você, por favor, traga os dois à minha sala para eu conversar com eles”. Dirigiu-se, então, à adolescente com um tom áspero: “Fulana, você quer ficar mal falada? Quer servir de deboche para toda a Escola? Isso não é próprio de uma mocinha! Não é a primeira vez que isso acontece, aliás, quase todo dia eu estou sabendo de alguma coisa assim, envolvendo você. Meu Deus! Aonde você vai chegar com isso?...” Continuou repreendendo-a energicamente e advertiu-a sobre o risco da gravidez precoce, da infelicidade dos pais, de se tornar “uma qualquer” etc. Falou duas palavras com a supervisora e voltamos para o seu gabinete.

No percurso, agora aparentemente mais calma, disse-me com certo ar dramático: “Está vendo o que eu tenho de passar todos os dias nesta Escola?” A transferência comportava a conversa que se sucedeu: “Com um ato como esse – disse-lhe –, você me parece ter jogado cem anos de luta feminista pelo ralo...”. “Como assim?”, perguntou surpresa. “Você poupou os meninos e se concentrou na menina fazendo uso do discurso da honra: ‘Isso não é próprio de uma mocinha’! Aonde quis chegar?”. Ela mostrou-se reflexiva e me disse: “Peguei pesado! Mas é difícil, a escola tem que dar uma resposta, tem que mostrar autoridade e mostrar porque ela educa, senão vem o pai, vem a mãe para reclamar, e com razão. Além do mais, a coisa pode descambar, e aí outros meninos começam a fazer a mesma coisa... O que, afinal, eu poderia fazer que fosse diferente disso?”.

“Penso que seu trabalho seja mais político do que comportamental – continuei. Esta Escola tem, no mínimo, questões sexuais e de gênero a serem debatidas politicamente. Convoque sua equipe pedagógica: a supervisão, os professores, os estagiários e mesmo o pessoal de apoio. Peça-os

¹ Doutor em Psicologia e Educação/USP, Psicanalista e Professor da UFMG. mrp@fae.ufmg.br.



que relatem tudo que sabem acerca do que acontece na Escola, que envolvam questões dessa natureza. Aqui deve haver, decerto, várias situações semelhantes. Você mesma insinuou isso ao repreender a garota. Mas, sobretudo, politize o debate. Disciplinar meramente o comportamento é individualizar condutas, é desresponsabilizar-se de institucionalizar a questão, de criar saídas coletivas, de ter uma atitude eminentemente política, em vez de comportamental... A partir daí, quem sabe, pode-se pensar algum trabalho, projeto ou intervenção que aborde questões sexuais, de gênero e outras que surgirem na gestão coletiva. Sua equipe poderá atuar em conjunto, envolver a comunidade, interrogar o que os alunos sabem e como se percebem em termos de discurso...”

“Mas eu não posso fazer vistas grossas lá, na hora”, rebateu a diretora. “Certamente que não – respondi –, quem os flagrou deveria mesmo separá-los, dizer-lhes que não cabe tal comportamento naquele lugar, e que não quer mais que aquilo se repita etc.; porém, ao elevar o caso ao nível de uma punição exemplar, a conduta é evidenciada, a garota é estigmatizada e passa a ser individualmente a ré da história. Desse modo, todos os outros fatos semelhantes desaparecem, deixam de ser abordados. Adia-se, então, o estabelecimento de alguma possível política de intervenção, que se volte, por exemplo, para o da sexualidade. Vigiar e punir é a meu ver individualizar o comportamento, e isso não é mais do que desresponsabilizar a instituição. A culpa ou o erro passam a ser somente do sujeito envolvido. A escola fica na posição moralista de aplicar sanções. Não acho que essa seja a melhor saída para a situação...”

Estamos diante da reatualização freudiana de “o que quer uma mulher?” ou do que se chama hoje “política de identidade”. Se seguirmos o *slogan* feminista, dos anos 60, que diz: o “pessoal é político”, saberemos que um aparente e simples desvio de conduta como o dos três adolescentes alberga em si uma causa de sobremaneira política. Os movimentos sociais, culturais, antiditatoriais que emergiram, sobretudo, na última metade do séc. XX, parecem ter sabido disso antes da massa dos que exercem alguma forma de governo de pessoas. A arena foi aberta. Logo, a vida social foi interrogada. A família, a patrilinearidade, a sexualidade, a noção estável de gênero, a divisão doméstica do trabalho, tudo ganhou o peso da contestação política. Ao se politizar a subjetividade, as identidades deixaram de ser estáveis e de naturalizarem a supremacia, por exemplo, do homem “comedor”, da mulher pura e honrada, do pai arbitrário da família, do heterossexual sadio etc.

É bem possível que a narrativa protagonizada por uma diretora, no topo de uma estrutura hierarquizada, e antagonizada pelos três adolescentes rebaixados ao nível do porão social, remeta-nos, de saída, às questões sobre a politização da subjetividade. Esse é o recorte. É explícito como as questões de gênero e de sexualidade são centrais no que concerne ao acontecimento. Se essa



diretora se utiliza de certo discurso masculino, de uma moral familiar e conservadora e de um princípio apolítico liberal e individualizante, é porque a lógica discursiva que a acomete, pelo menos nos momentos conflituosos e mais tensos, faz recrudescer os valores fixados que as posições identitárias lhe asseguram. Os conflitos parecem acirrar tais posições. No calor da hora, o que parece surgir não é propriamente uma racionalidade programada, nem uma intenção refletida previamente, mas um imediatismo moralista e conservador, que recupera a fixação de um discurso estável, secular e hegemônico, a saber, o masculino, burguês e branco. Porém, há um mais além disso, um “mais, ainda”, que passamos agora a examinar.

Destinos da mulher

A problematização do gênero, própria de nossa contemporaneidade, como também a da sexualidade, repisada mais fortemente desde o séc. XIX, demonstram o quanto se pode interrogar toda essa suposta estabilidade ou fixação discursiva. Se tomarmos, por exemplo, os destinos da mulher na virada do séc. XIX para o XX, veremos a maneira como a história tem agido por saltos no que tange a certos aspectos da emancipação feminina. Naquela época, havia as filhas de famílias fidalgas negociadas como moedas de troca para matrimônios de interesse por parte da arbitrária figura paterna, que restringia suas liberdades. Entre preferencialmente as não primogênitãs, havia as que se dedicavam à vocação religiosa, dando *status* às suas famílias. Mas havia também as solteironas, uma espécie de criança ou criança grande sustentada pelos pais ou irmãos mais velhos, que tinham a incumbência de zelar pelos pais, que, idosos, requereriam cuidados especiais. Outro destino da mulher no *début* do séc. XX, praticado desde os tempos imemoriais, é o da prostituição, com o conseqüente desgarramento da moral familiar. Nesse caso, sua maior liberdade de escolha era – e é – paga com a marginalização e a exclusão social.

Entretanto, os últimos cem anos foram marcados também pelo avanço das lutas feministas e pela conquista, por parte das mulheres, do mundo do trabalho fora de casa. Os casamentos passaram cada vez mais a ser determinados por escolhas, e não tanto por injunção patriarcal. Inclusive a própria idéia de matrimônio foi interrogada. Surgiram o divórcio, o “morar junto” e os laços menos tradicionais. Porém a domesticidade não pareceu avançar em ritmo semelhante. A mulher saiu de casa, mas a casa não a deixou. Ela ainda permanece a responsável, quase que sozinha, pelos cuidados do lar e de seus rebentos. Nossa mentalidade doméstica ainda emparelha o homem com a conquista territorial, com a exploração do mundo e a mulher, à caverna e à prole.



Essa equação, aparentemente difícil de resolver, vem sendo bombardeada com êxitos e reveses desde o séc. XIX pelas próprias lutas feministas, em suas várias ondas; pela interrogação das tradições; pelo avanço de uma sociedade técnico-imagética; e também pela invenção da psicanálise que, como o feminismo, conheceu suas etapas de consolidação. Aliás, a psicanálise e o feminismo gozam de um inquestionável emparelhamento histórico, ainda que nunca muito bem esclarecido. Ambos inquirem e ao mesmo tempo são testemunhas da derrocada de uma cultura patrilinear e vertical. Ambos também conheceram etapas histórica ou conceitualmente comuns.

A *psicanálise* nasce desfazendo a fronteira entre normal e patológico e teorizando uma sexualidade da mulher e da criança, ao lado da do homem. Em seguida, na virada dos anos 20, admite a existência de satisfações pulsionais sem representação, fora de *Eros* e do imperativo fálico, que igualmente nos comanda – a *Todestrieb* (pulsão de morte). Nos anos 60, após um período de acefalia ortodoxa, retorna à sua inventividade ao conceber, com Lacan, por exemplo, os discursos pós-estruturalistas da existência de um gozo suplementar, próprio das mulheres, que se encontram para além da moral falocêntrica. Hoje, ainda que com resistências, psicanalistas se acham também dissolvidos nas cidades, desconcertando discursos hegemônicos que endurecem as instituições e os saberes biopolíticos. Já o *feminismo* nasce com as campanhas pelos direitos sexuais, reprodutivos, contratuais e civis. Nos anos 10, conquista o sufrágio, a visibilidade, teoriza que a feminilidade é construída e abre caminho para, nos anos 60, politizar o combate às desigualdades sociais, culturais e à discriminação. Definitivamente, o “pessoal é político” e, ao lado dos avanços da ciência, a emancipação feminina ganha inigualável vigor. A centralidade masculina é posta em xeque e hoje, evitando abusos essencialistas, o feminismo não deixa de receber uma influência pós-estruturalista que, ao lado da psicanálise, interroga também as instituições e os saberes biopolíticos.

Do ponto de vista teórico, os dois campos parecem também se entrecruzar. É importante a meu ver abusar de fontes como Foucault, Lévi-Strauss, Saussure, Lacan, Deleuze, Beauvoir, Friedan, Kristeva, Butler, Scott que reanimam ou interrogam, de maneira própria, as rupturas iniciadas por Marx, Nietzsche e Freud, por exemplo. Esses autores não desconhecem a vontade de domínio do sujeito, sua incapacidade de se autogovernar e, sobretudo, sua força de destruição, resultado daquilo que Freud chamou de *pulsão de morte* ou do *eu*, que Lévi-Strauss adjetivou de desprezível, um *eu* incapaz de se situar entre o *nós* e o *nada*.

Hall (1997), por exemplo, sintetiza tais noções, condensando em cinco os avanços das ciências humanas e sociais sobre a descentração do sujeito cartesiano: o *pensamento marxista*, o *inconsciente* freudiano, a *lingüística*, de Saussure, a *genealogia do sujeito moderno*, de Foucault, e



a descentração causada pelos *movimentos sociais*, com destaque, o feminista. Focalizarei, para efeito da análise que pretende esse artigo, aquilo que diz respeito ao feminismo e à psicanálise.

Hall diz que *movimentos sociais*, como o feminismo, a contracultura, as manifestações pró-ecológicas, as lutas pelos direitos civis, étnicos, sexuais, de gênero etc. politizaram a subjetividade. E também: os movimentos antibelicistas das décadas de 60 e 70, as revoltas estudantis (como as de maio/68), as lutas antiditatoriais do terceiro mundo e a oposição ao liberalismo e ao stalinismo europeus. Institui-se, dessa forma, uma “política de identidade”, que, para além de simples manifestações de posição social e de contestação, fez desestabilizar um discurso fixo e centrado em favor de novas formas de subjetividade que admitem a contradição, a incongruência etc.

Uma outra descentração advém da descoberta freudiana do *inconsciente*, que divide o sujeito entre a pulsão e a civilização (PEREIRA, 2008). Descentrado e sexualmente incompleto, esse sujeito do inconsciente se define por um inevitável embate com o outro que o habita, buscando, permanentemente, a ilusão de tornar-se inteiro e não castrado. A ilusão de um ego racional, inteiro e centrado: o que mais poderia querer a complacente negação do inconsciente?

Psicanálise, gênero e feminilidade

A sexualidade humana, como foi concebida no último momento do discurso freudiano, reconhece a feminilidade como originária, e não propriamente como destino de um gênero. Ela, antes, é o emblema de nossa condição de finitude e imperfeição, presente em mulheres e homens. A psicanálise considera que o eu é cindido, constituído por parcelas ou, como diz Birman (2001), por amontoados de fragmento mal-enjambrados. Foi então esse caos originário que a experiência freudiana foi capaz de revelar ao extrair mulheres histéricas dos manicômios asilares do séc. XIX, e conferir-lhes uma indiscutível posição discursiva e política.

Entretanto, ao longo de boa parte de seus trabalhos e teorizações iniciais, Freud manteve-se conservador. Ele foi fiel à ordem iluminista, herdada dos gregos antigos, de considerar a sexualidade humana sob princípios eminentemente masculinos. Ora, as modalidades de orientação sexual de homens e mulheres se estruturavam e se regulavam com base nos valores racionais e biologizantes da época. A bipolaridade masculino-feminino, como sobreposição do ativo-passivo, era naturalizada nos discursos locais e não deixou de influenciar a psicanálise recém-inventada. O divã e, sobretudo, os funestos dias da primeira guerra mundial foram capitais para que Freud viesse mesmo consolidar o seu corte. Até então, a sexualidade fora concebida a partir apenas do operador fálico. Ele seria a condição própria de estruturação do erotismo. Mas o falo não se reduz ao pênis e



sim à sua presença ou ausência, já que o impasse da castração para o sujeito é duvidar se o possui ou não. Logo, ele é, simbólica e emblematicamente, o que o pênis representa em nossa cultura: poder, saber, arrogância, suficiência, não-precariedade. Isso diz de uma cultura do narcisismo que, ilusoriamente, cria a sociedade do espetáculo masculino. O discurso freudiano, portanto, havia concebido uma pregnância fálica ao erotismo de mulheres e homens.

Dessa forma, os ideais gregos, eminentemente masculinos, sob a aquiescência da gramática revolucionária da modernidade, foram mantidos também no interior da psicanálise, seguindo os rumos de um *devoir* biopolítico do séc. XIX. A descentração do sujeito ou a “virada freudiana”, proposta pelo autor como uma ruptura com esses ideais, só se deu mais tardiamente, sobretudo nos anos que pós-dataram 1920. O conceito de *pulsão de morte* desorganizou tal gramática. Antes de tudo, esse “impulso” à morte se impôs ao discurso freudiano pela evidência de que existiam no psiquismo pulsões sem representação que se oporiam à pulsão de vida ou a *Eros*. Eis a primeira marca de revelação teórica do território da feminilidade. Esse território não seria nem fundado nem regulado pelo operador fálico. Não seria, então, natureza, nem categoria, nem totalidade, nem gramática, mas pura ausência ou “enigma”.

Esse passo foi fundamental para que Lacan, em 1972-73, polemizasse o aforismo “A mulher não existe”, extraído das páginas de La Rochelle, e causador de arrepios entre teóricos de gênero. Na realidade, a mulher não está toda na ordem fálica, ela é “não-toda”, diz Lacan. Dada sua condição feminina, ela escapa dessa ordem por um gozo suplementar, ilimitado, sem representação e fronteiro à morte – pulsão com a qual Freud desorganiza a gramática fálico-normativa.

Porém, esse gozo ilimitado e sem representação causa horror a homens e mulheres. A isso Freud chama de repúdio à experiência da feminilidade pela ausência do falo. E devemos sublinhar: a feminilidade parece dizer de uma condição, e não propriamente de um gênero. Tal condição é comum a homens e mulheres e revela um mais além, *ex nihilo*, vazio. Ao formular isso, a psicanálise também anunciou que a feminilidade estaria na origem do psiquismo e da cisão do eu, e não na sua recusa fálica. É, pois, esse horror à feminilidade ou à condição feminina que nos levaria a bipolarizar e a hierarquizar os sexos. Não há gênero em psicanálise, pois só há o falo – significante masculino da recusa da castração.

A psicanálise não vai recorrer, então, a uma sexualidade dos gêneros para entender a constituição sexual do sujeito. Ela vai, antes, recorrer a uma matriz fundamental que transpassa o infantil e o adulto, o heterossexual e o homossexual, o homem e a mulher. Essa matriz é a libido (desejo), o *Eros* da pulsão materializado na ordem fálica. O próprio Freud nos orienta:



A vida sexual é denominada pela polaridade masculino-feminino; assim insinua-se a idéia de considerarmos a relação da libido com essa antítese. Não seria surpreendente se se verificasse ter cada sexualidade a sua libido especial apropriada para si (...) mas nada disso procede. Existe apenas uma libido, que tanto serve às funções sexuais masculinas, como às femininas. À libido como tal não podemos atribuir nenhum sexo. Se, consoante a convencional equação “atividade e masculinidade”, nos inclinamos a qualifica-la como masculina, mesmo não esquecendo que ela engloba tendências com finalidade passiva. Mesmo assim, a justaposição “libido feminina” não tem qualquer justificação (1933, p. 161).

Se admitisse uma libido feminina, a psicanálise se nivelaria às teorias de gênero e incorreria no mesmo impasse: o de banir uma determinação exclusivamente biológica em troca de uma determinação exclusivamente cultural, que pretende desnaturalizar ao extremo a sexualidade humana ou dizer o quanto ela é reflexo massivo do biopoder. Eis um impasse que o pensamento freudiano se vê embaraçado: ou bem endossa a matriz biológica, que inicialmente o fundamenta, sendo por isso criticado pelos defensores do gênero; ou bem endossa a perspectiva culturalista, aderindo à cruzada histórica dos estudos de gênero que, mesmo sendo legítima, desviaria a psicanálise de sua posição original – a de operar na contramão de qualquer discurso determinista. É essa tensão que está em seu princípio: de um lado, por exemplo, a reativação da polaridade masculino-feminino, do outro, sua dissolução.

Talvez seja isso que nos permita ler melhor outro dos aforismos da psicanálise que ainda hoje causa animosidades, mesmos entre os pares: “a anatomia é destino” – disse Freud (1924, p. 222). Ela é destino e não origem. Ela é destino e não algo dado *a priori* ou determinado biologicamente. A anatomia é devir. Em sua constituição, homens e mulheres buscam alcançar uma anatomia que nivele psiquismo e biologia, inscrevem seu desejo tentando emparelhá-lo ao seu corpo, mas o fazem em vão. É devido a isso que produzem sintoma, lapso, sonho... o inconsciente. Algo de si definitivamente excede tanto às determinações biológicas como às sociais. “Todos os indivíduos, em resultado de sua disposição bissexual e herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto” (FREUD, 1925, p. 320).

Terminantemente, homem e mulher, em psicanálise, não podem ser equacionados ao masculino e ao feminino, numa perspectiva cultural – de “conteúdo incerto” –, muito menos ao macho e à fêmea, numa perspectiva biológica – que não é mais do que devir. Posto isso sob tensão, o pensamento freudiano constrói um elemento fora do corpo, presente e ausente, que signifique o desejo do sujeito às voltas com a castração simbólica: o falo. Esse significante não se encontra materializado nem no homem nem na mulher, porém, é fato que o homem, que escreveu a história quase que sozinho até o séc. XIX, acredita, muito mais do que a mulher, que ele é o possuidor do falo. Eis a sua ilusão que os séculos seguintes vieram a interrogar. Temos aí um dos méritos que



comungam as teorias de gênero e a psicanálise. Mas sublinhemos: para a segunda, a categoria gênero é posta em questão. Se a posição feminina, para além de uma simetria descritiva de posições subjetivas, é o lócus *ex-nihilo* da própria condição humana, a feminilidade não é necessariamente o reverso da masculinidade. Ela é o próprio além do falo que só se põe como produtor de sentido e de identidade no esvanecer de seu ato. Nessa variabilidade e fugacidade dos atos postos pelo sujeito do inconsciente é que se funda a pluralidade de identidades a serviço dos processos de identificação.

O modelo psicanalítico, se assim for, apenas discursará sobre a identidade de gênero, admitindo-a como pura explosão de formas para mais uma vez recusar a condição feminina. Tal explosão desfaz toda e qualquer possibilidade de se fixarem identidades. Ora, devido ao seu gozo fronteiro à morte e fora do nome, a feminilidade gera a impossibilidade de o sujeito fixar-se em sentidos estritos. É impossível, por exemplo, que o sujeito seja só masculino ou só feminino. Ele é, na verdade, efeito de seus atos de libido que visa a responder essa fronteira.

Poderíamos seguir as pistas dos estudos culturais e das teorias de gênero e admitir formas plurais de masculinos e femininos. Mas isso não deixa de apelar aos excessos da ancoragem simbólica. Tal pluralidade se faz na negação de uma positividade identitária ou cultural. Na verdade, “masculinidades” e “feminilidades” apenas podem ser imaginadas na negatividade do sexual. Ou seja, concebem-se tão-somente como recusa do vazio, do mesmo modo como se constitui a ordem fálica. Não parece ser um equívoco deduzir que a pluralidade de masculinos e de femininos obedece à lei do falo, isto é, de ser mais um dos nomes que pretendem extrair homens e mulheres do vazio da existência. A negatividade do sexual demonstra ser o próprio enigma da feminilidade. Portanto, não há pluralidade de masculinos e femininos, como apontam os estudos culturais, mas há apenas uma condição feminina que induz ao plural. Tal condição é pura subjetividade inventiva e explosiva, cujos estilhaços são tão plurais quanto imprevisíveis.

Indaguem da sua própria experiência de vida

Vale, então, para concluir, retornar ao episódio e perguntar por que a diretora, diante dos três adolescentes advertidos, reage daquele modo, individualizando condutas, ao invés de elevar a ocasião ao nível de uma politização da diferença, relacionada, no caso, ao gênero e à sexualidade?

Se seguirmos o modelo dos estudos culturais e de gênero, podemos dizer que o evitamento da exclusão e da conseqüente necessidade de disciplinamento e enquadramento do diferente são a causa primeira dessa viva adesão à identidade. Os corpos precisam ser bionormalizados. Padecemos do horror de sermos identificados como a parte “inferior” da sociedade. Ao excluir a diferença, ou



ao fazê-la comportar-se nos moldes da norma, asseguramos a todos uma ilusória estabilidade e pertencimento. Dessa forma, sentimo-nos incluídos entre os “iguais” ao custo da marginalização de outros, da luta de poder e da manutenção das hierarquias. Isso conspira para que uma identidade central, unívoca e essencial seja reforçada, e a diferença, mais uma vez, discriminada. Esse fato não deixa de atualizar nosso medo de sermos excluídos, ao sermos identificados sempre como forasteiros, desviantes ou aqueles que merecem disciplina. A própria ação moralista da diretora, longe de fazer erodir uma identidade mestra – masculina, branca e burguesa –, parecem muito mais reanimá-la, dando-lhe emblematicamente uma veste modelar. É possível pensar que essa identidade mestra seja mesma a “inventora” da própria diferença, ao fixá-la como tal.

Mas não seria esse lugar, qual seja, o lado negativo dessa identidade mestra, justamente o lócus *ex nihilo* identificado pela psicanálise como a condição feminina? Talvez, nesse ponto, os estudos de gênero e a psicanálise podem, senão confluir, pelo menos se tangenciar.

Se seguirmos o modelo psicanalítico, saberemos que o sujeito, de uma forma ou de outra, passa a vida exorcizando sua cisão do eu que sempre o coloca em falta. Essa cisão não é outra senão o próprio vazio que forja a estrutura. Isso guarda um de seus nomes: a feminilidade. Passamos a vida, então, exorcizando isso que verdadeiramente nos causa recusa, a saber, a condição feminina, a condição de ausência – a mesma percebida por meninas e meninos em tenra infância no que tange à diferença anatômica dos sexos. A feminilidade, longe de ser equacionada como um padrão de gênero ou como uma dicotomia sexual, ou seja, longe de ser emparelhada com a mulher, é a própria estrutura vazia, sobre a qual a existência vai depositar sua multiplicidade de sentidos para escapar do horror ao nada que essa estrutura gera.

É bem provável que a diretora aja de modo a disciplinar o desvio, transformando a diferença em norma. O horror causado pela materialização – e a contaminação – de um dos destinos da mulher, no caso, a prostituição, parece colocar essa diretora, bem como a supervisora e outros funcionários da escola, em posição de vigilância para assegurarem a hegemonia identitária à qual se aderem vigorosamente. Por outro lado, podemos supor que seja o horror à feminilidade a causa primeira. Se for verdade que a condição feminina de pura ausência, de vacância, causa repúdio, talvez seja possível pensar que a diretora reage, na realidade, contra a feminilidade em si. Ela reage à maneira fálica, que, em última instância, não é senão uma defesa contra a recusa da castração feminina. E lembramos que o falo é genuinamente um significante masculino. Nesse momento, a diretora parece mesmo aderir a uma identidade hegemonicamente masculina, discursiva desse lugar e investe em si como tal, para não se deparar com o nada que cada um tolera em seu corpo. Desse



modo, tal diretora subtrai de si a maior das capacidades humanas, qual seja, sua capacidade de invenção, pois no lugar do puro devir é posto a regra. No lugar das múltiplas possibilidades de explosão, põe-se na verdade uma contenção.

Se a psicanálise foi uma das responsáveis pela descentração do modelo de homem forjado pela modernidade cartesiana, ela segue a nos orientar que é o horror à feminilidade – e não à mulher – que nos faz disciplinar o desvio ou transformar a diferença em norma através do operador fálico. E aqui reside um mérito dos estudos de gênero: lembrar aos psicanalistas a não consistência ou essencialidade do falo, dar fôlego ao debate da sexualidade humana e por em suspensão tudo que diz da supremacia masculina. Isso decerto abre espaço para a pluralização de discursos, mas também para uma tensão que a psicanálise deve sempre evocar: de um lado, temos a tirania do falo ou da norma, que leva a diretora, por exemplo, a recusar espetacularmente a feminilidade; do outro, ela poderia relativizar a norma ao extremo, pulverizar as referências e permitir com isso o que Lacan (2005) chamou de “retorno funesto dos excessos de sentido”. Não há grandes saídas senão tracionar a corda da norma para que se produza o singular. Essa é a política que requer a psicanálise ao trazer à ordem do dia os reveses do sonho, do sintoma, da sexualidade, do inconsciente, da feminilidade. Ora, e o que mais querer de um saber que soube dar à ciência o sonho?

Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores ou consultem os poetas... (Freud).

Bibliografia:

- BIRMAN, J. *Gramática do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1988 (orig. 1976).
- FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Completas*, v. 19, Rio de Janeiro: Imago, 1980 (orig. 1927).
- _____. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *ESBOC*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1980 (orig. 1925).
- _____. Feminilidade. In: *ESBOC*, v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 1980 (orig. 1933).
- HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- LACAN, J. O seminário. Livro 20: *Mais, Ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 (orig. 1972-73).
- _____. *O triunfo da religião/Discurso aos católicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- NERI, R. *A Psicanálise e o feminino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PEREIRA, M.R. *A Impostura do Mestre*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.



ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SOLER, C. *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WOODWARD, K. Identidade e diferença. In: Silva, T.T. *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.